A vinculação do indivíduo ao grupo: uma teoria clássica com uma abordagem recente

João Justo

Resumo

O estudo da vinculação humana constituiu um passo fundamental para a psicanálise e, também, para a psicologia científica, nomeadamente na sua vertente clínica. Entre os inúmeros desenvolvimentos proporcionados por aquele conceito, surgem as questões ligadas à vinculação ao grupo. O presente artigo baseia-se e pretende apenas constituir-se como um convite aos leitores de esta revista para a leitura e a reflexão acerca da obra *The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective* (Ezequerro & Cañete, 2025a). Este trabalho articula a vinculação do indivíduo ao seu grupo social com o conhecimento sobre a aurora criadora da humanidade. Esta articulação coloca problemas importantes não só para o entendimento psicológico do fenómeno humano como também para o desenvolvimento das intervenções clínicas daí derivadas.

Palavras-chave: vinculação, grupo, vinculação ao grupo, evolução, vinculação segura, vinculação insegura, vinculação desorganizada

Abstract

The study of human attachment was a fundamental step for psychoanalysis and also for scientific psychology, particularly in its clinical dimension. Among the innumerous developments provided by that concept, questions related with attachment to the group emerge. This paper is based and aims to serve as an invitation for the readers of this journal to read and to reflect on the work The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective (Ezequerro & Cañete, 2025a). This book connects the attachment of the individual to his social group with the knowledge about the creative dawn of mankind. This connection raises important issues not only for the psychological understanding of the human phenomenon but also for the development of the clinical interventions derived from it.

Key Words: attachment, group, group attachment, evolution, secure attachment, insecure attachment, disorganized attachment

[1] Psicólogo, Doutorado em Psicologia Clínica, foi investigador e professor na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa até 2025. Membro Aderente da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e de Psicoterapia Analítica de Grupo (SPGPAG). jjusto@psicologia.ulisboa.pt

Artigo adaptado a partir da sua comunicação oral apresentada no XXIV Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo, 7-8 novembro 2025.

Gostava de agradecer o contributo dos colegas que aceitaram discutir comigo alguns dos conteúdos centrais de este artigo: Professor Doutor Manuel Matos, Professor Doutor Paulo Mota Marques e Professora Doutora Maria de Jesus Candeias.

A contribuição seminal de John Bowlby (1958) acerca do fenómeno da vinculação abriu inúmeras portas, quer no domínio da investigação quer no domínio da clínica. Graças à sua contribuição pioneira, assistiu-se ao desenvolvimento das técnicas de observação da vinculação do bebé à cuidadora (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978) e, também, da avaliação das representações da vinculação ao longo da infância, da adolescência e da idade adulta (para uma revisão, veja-se o trabalho de Benavente, 2005). Como consequência, os estudos longitudinais (Grossman, Grossman & Waters, 2005) tornaram-se uma referência preciosa para a compreensão do papel desempenhado pela vinculação na organização psicológica do sujeito humano. Em simultâneo, a investigação sobre as crianças não classificáveis de acordo com o sistema clássico (Main & Solomon, 1986, 1990) permitiu a concretização de intervenções clínicas devotadas ao problema da vinculação desorganizada (Brisch, 1999). Mais recentemente, a vinculação do indivíduo ao grupo foi discutida por Ezequerro e Cañete (2025a) no contexto das teorias e das terapias grupanalíticas. Inspirados no trabalho de estes dois autores e a convite da Comissão Editorial da Revista Portuguesa de Grupanálise, redigimos estas linhas com o intuito de alargar a reflexão sobre a vinculação ao grupo entre os membros da SPG-PAG.

Ao contrário do que é habitualmente suposto, a importância da vinculação ao grupo começa por ser sublinhada exatamente por John Bowlby nos seus frequentes contatos com os criadores da grupanálise no Reino Unido (Ezequerro & Cañete, 2025b). A partir desse esforço teórico, tornou-se imperioso discutir, no contexto das relações grupais, as vantagens de essa força de ligação humana que usualmente designamos por vinculação.

Uma primeira visão básica sobre as vantagens da vinculação ao grupo é a leitura Darwiniana acerca das caraterísticas das espécies; as caraterísticas da nossa espécie existem porque sobreviveram ao processo da seleção natural. Nessa abordagem, aceita-se que, muito provavelmente, aquilo que sobrevive a esse processo oferece alguma vantagem aos portadores da caraterística. Avançando um pouco mais, a vinculação ao grupo humano deve, por exemplo, contribuir para a sobrevivência dos elementos desse grupo.

Pode perguntar-se por que razão é indispensável sublinhar a vinculação ao grupo relativamente à sobrevivência do indivíduo humano? Afinal de contas, a vinculação do bebé à mãe deveria ser capaz de produzir esse benefício. A este propósito, é útil recordar que, ao longo dos últimos três milhões e meio de anos, os nossos antepassados atravessaram vicissitudes evolutivas capazes de justificar o contributo coletivo nesta questão.

Numa visão Darwiniana, os antepassados da nossa espécie protagonizaram uma mudança comportamental notável, quando assumiram o bipedalismo exclusivo. Daí, advieram alterações corporais

igualmente notáveis. Entre outras, a aproximação da junta acetábulo-femoral à coluna vertebral induziu um estreitamento do canal de parto que, na nossa espécie, se cruzou com outro aspeto evolutivo muito importante. Os nossos recém-nascidos apresentam um volume craniano cada vez mais acentuado, nomeadamente nas zonas pré-frontal e parietal. Desse encontro, surgiu uma crescente dificuldade em nascer que, conjugada com a ampla massificação humana do planeta, obriga a reconhecer que os humanos conseguiram construir inúmeros processos adaptativos para escaparem às exigências da seleção natural. Entre estes processos, a prematuridade é talvez o mais mobilizador. Mas estes processos não nos ajudaram a fugir das consequências mais penalizadoras de esta evolução. Entre as consequências que nos preocupam, a mais trágica dá pelo nome de mortalidade materna perinatal. É reconhecido que a gravidez, o trabalho de parto e o pós-parto sempre constituíram espaços temporais onde era fácil adoecer, sofrer e perecer.

Do ponto de vista da vinculação do bebé à mãe, a mortalidade materna constitui um ponto final. Ou talvez não, se conseguirmos jogar com dois trunfos igualmente poderosos. Um de esses trunfos é a possibilidade de os grupos humanos oferecerem figuras de vinculação substitutas para os bebés cuja mãe faleceu durante, depois ou mesmo antes do nascimento do seu filho. Outro trunfo é a flexibilidade vinculativa dos nossos recém-nascidos; provavelmente são capazes de se vincularem a alguém que lhes é estranho, mesmo depois de perderem a mãe biológica à qual se vincularam.

Complementar ao aumento da mortalidade materna, ocorreu um aumento da fragilidade dos nossos recém-nascidos. É que, dispondo de menos espaço para nascer, os bebés humanos passaram a nascer mais cedo; quer dizer, o trabalho de parto na nossa espécie passou a ser desencadeado antes de atingida a maturidade do futuro bebé. Esta opção evolutiva arrastou consigo algumas outras estratégias adaptativas. Hoje, os humanos nascem: a) com um crânio incompleto (logo, mais flexível), b) com um cérebro onde o neocórtex ainda não está completamente constituído (logo, mais resistente) e c) realizando uma rotação ao atravessarem o canal de parto (logo, nascer ficou mais fácil). No fim de estas notáveis adaptações, é forçoso reconhecer que os humanos passaram a nascer cada vez mais prematuros e, portanto, cada vez mais necessitados de cuidados durante cada vez mais tempo. Este é um dos argumentos que faz supor a importância da vinculação ao grupo nos primeiros tempos de vida; sem o apoio do grupo nos cuidados ao recém-nascido, a viabilidade da nossa espécie seria facilmente posta em causa.

Portanto, estamos a supor que existe uma alternativa à vinculação do bebé à mãe. Essa alternativa dá pelo nome de vinculação ao grupo. No grupo, enquanto espaço social, podem existir várias figuras humanas capazes de suprir as funções vinculativas que habitualmente encontramos na figura materna. Sobretudo, tendo em conta que o início da espécie humana foi particularmente ameaçado por perigos naturais de todos os tipos, é fácil aceitar que a vinculação ao grupo desempenhou um papel crucial na sobrevivência dos recém-nascidos, das crianças e dos jovens.

Uma das perguntas inevitáveis nesta temática diz respeito à organização da vinculação ao grupo, em comparação com a organização da vinculação do bebé à mãe. Na vinculação individual, habitualmente, captamos duas grandes áreas: a vinculação segura e a vinculação insegura. E percecionamos a primeira

como oferecendo uma resposta adequada às necessidades da criança (… tendo em conta as sociedades modernas em que os investigadores vivem). Na segunda, percecionamos dificuldades que contrariam as possibilidades de desenvolvimento das crianças (… mais uma vez, com base nas sociedades habitadas pelos investigadores). No âmbito das vinculações inseguras, conhecemos crianças que se ligam às suas mães evitando-as enquanto outras se ligam de forma ansiosa ou resistente. Finalmente, uma terceira realidade, a vinculação desorganizada mostra-nos que algumas crianças não conseguiram conquistar um estilo de ligação organizado ou consistente. E as perguntas concretizam-se: A vinculação ao grupo também pode ser de tipo seguro? Também pode ser insegura, assumindo uma faceta evitante ou ansiosa? E desorganizada? A vinculação ao grupo pode não conseguir organizar-se de uma forma definida?

Talvez ainda seja cedo para responder às questões em causa. Apesar disso, pode parecer que, nos primeiros tempos da humanidade, o contributo do grupo para a sobrevivência infantil decorreu da segurança que ofereceu aos humanos mais pequeninos. O problema é que a vinculação segura é um dos mais importantes indutores da exploração do ambiente. Esta propriedade só pode ser benéfica se o ambiente a explorar estiver organizado de forma a responder à realidade biológica e psicológica da criança. De facto, na aurora dos grupos humanos mais arcaicos, o ambiente circundante era fértil em perigos de todo o tipo. Não faltavam predadores carenciados de presas que pudessem alimentar as suas crias. Num contexto tão particular, é provável que a vinculação ansiosa fosse a mais protetora, tanto na vinculação do bebé à mãe como na vinculação do bebé ao grupo. Não temos certezas, mas imaginamos que os primeiros contributos da vinculação ao grupo foram eficazes graças à manipulação da ansiedade infantil.

Tendo em conta a arqueologia dos primórdios da humanidade, tem sido defendido que existe uma correspondência entre a dimensão do cérebro humano e a dimensão dos grupos humanos primitivos: ou seja, grupos humanos mais numerosos eram constituídos por indivíduos com cérebros de maior dimensão. Embora seja difícil interpretar esta correlação em termos de causa-efeito, é razoável admitir que grupos humanos cada vez mais numerosos implicam relações sociais progressivamente mais complexas. Esta complexidade, por sua vez, requer competências psicológicas mais exigentes em termos cerebrais; e a convicção atual é que, desde o princípio da humanidade até ao presente, o cérebro humano tem crescido em dimensão e, também, em complexidade.

A marcha evolutiva da complexidade humana trouxe consigo algumas realidades que não são observadas noutras espécies. Embora em primatas não humanos seja observada a criação e o uso de ferramentas simples, esse esforço criativo é limitado quer no tempo (geralmente, a ferramenta é abandonada depois de usada) quer na diversidade (a ferramenta criada hoje é idêntica à ferramenta abandonada ontem). Pelo contrário, na nossa espécie, os instrumentos tendem a ser utilizados repetidas vezes e tendem a ser aperfeiçoados à medida que são refabricados. Para esta conjugação entre persistência e aperfeiçoamento, é forçoso atribuir um lugar de destaque à vivência em grupo. O grupo humano conserva o instrumento e, também, o conhecimento acerca do instrumento, transmitindo um e outro ao longo das gerações. Em simultâneo, o instrumento e o conhecimento que lhe é inerente podem complexificar-se.

A complexificação dos artefactos humanos e do respetivo conhecimento dentro do grupo humano, possivelmente, conduzem à complexificação do próprio grupo; nomeadamente, induzindo a criação de estruturas grupais. Estas estruturas, ao longo do tempo, evoluíram paredes-meias com a evolução dos símbolos quer sonoros quer visuais. A realidade atual de grupos humanos de vários níveis que comunicam permanentemente utilizando, em simultâneo, sistemas simbólicos de naturezas diversas, não pode deixar de ser o resultado de um esforço colaborativo; intra e intergrupos. É forçoso reconhecer que a espécie humana é prodigiosamente colaborativa e, nesse sentido, deve a sua evolução às competências que desenvolveu para além das que observamos no indivíduo. O grupo possui recursos que o indivíduo não tem.

Decorrendo da complexificação dos grupos humanos (mais numerosos, mais estruturados, etc.), os indivíduos humanos precisaram de desenvolver competências que lhes permitissem adaptar-se face às alterações que enfrentavam no ambiente humano circundante. Uma dessas competências implica a capacidade de compreender ou partilhar os estados emocionais vividos pelo outro relacional. Esta competência é vista hoje como um recurso inato que permite ao recém-nascido criar um espaço de intersubjetividade com o cuidador; intersubjetividade primária do tipo “pessoa-pessoa” (Trevarthen & Aitken, 2001). Ao longo do desenvolvimento do bebé, torna-se possível criar um espaço de intersubjetividade secundária do tipo “pessoa-pessoa-objeto” (Trevarthen & Aitken, 2001). Ao ganhar autonomia psicomotora, o bebé vai recriar estas competências com um número cada vez mais vasto de humanos. Se a criança cresce num grupo social numeroso e estruturado, é indispensável que tanto o ser em crescimento como o grupo estejam aptos à vivência grupal da intersubjetividade. A verdade, é que tal só é possível se a criança conseguir proceder à vinculação ao grupo.

A possibilidade de os bebés e de as crianças captarem e descodificarem as mensagens emocionais (sobretudo faciais) dos adultos é essencial para a economia da sobrevivência dos humanos mais pequeninos. Quando uma situação de perigo se apresenta, é indispensável que o bebé ou a criança saibam qual é o adulto que pode oferecer proteção. De forma complementar, dentro do grupo humano numeroso e diversificado, é igualmente importante saber de quem nos devemos afastar. Concluindo, o contexto grupal é particularmente favorável ao exercício comportamental da vinculação.

Outro aspeto fundamental na evolução dos grupos humanos é a sua capacidade para emigrar e explorar novos enquadramentos. Hoje em dia, é consensual que a espécie humana, depois da sua alvorada africana, optou, talvez mais do que uma vez, pela emigração em direção a outros continentes. A adaptação subsequente só pôde ocorrer graças a comportamentos coletivos de exploração. Acontece que o comportamento de exploração é uma manifestação típica das crianças que estabeleceram padrões de vinculação atualmente designados por vinculação segura. É defensável que as aventuras exploratórias que transportaram os nossos antepassados para novos continentes só foram bem-sucedidas graças à vinculação ao grupo. Particularmente, a exploração de esses novos contextos dependeu, pelo menos em parte, da segurança que o grupo ofereceu aos seus membros; sobretudo aos mais vulneráveis. Especificamente sobre este ponto, Ezequerro e Cañete (2025b) defendem que a emigração é uma parte integrante do processo de construção da resiliência na espécie humana.

Toda esta visão da vinculação ao grupo é apoiada na possibilidade de a vinculação em geral ser fruto ou, pelo menos, apoiar-se na seleção natural. Paralelamente, tem sido defendido que, ao longo da história da humanidade, os grupos humanos têm protagonizado um outro tipo de seleção; a seleção grupal. Sendo aceitável que os grupos humanos primordiais sobreviveram aos ambientes mais hostis graças ao seu potencial cooperativo, é forçoso aceitar que os mesmos grupos humanos geraram regras intragrupo de forma a reforçarem o comportamento cooperativo em detrimento do comportamento desviante. Quer dizer, os elementos menos colaborativos ou menos altruístas foram alvo de penalizações capazes de mitigarem o comportamento mais desviante e, em simultâneo, capazes de estimularem o comportamento colaborante. Este aspeto mais seletivo da vida grupal é particularmente importante se pensarmos que, os grupos humanos, mais tarde ou mais cedo, têm de competir entre si.

Além de todas as considerações acerca das origens e das possíveis evoluções protagonizadas pela vinculação ao grupo, é importante considerar as consequências de este conceito relativamente aos contextos clínicos onde a matriz humana subjacente é uma matriz grupal.

Tal como Ezequerro e Cañete (2025b) referem, se é verdade que os grupos humanos originais sublinharam a sua importância pelo contributo que ofereceram à sobrevivência da espécie, não é menos verdade que, na atualidade, os grupos terapêuticos humanos protagonizam a sobrevivência psíquica de muitos dos seus elementos. Neste sentido, devemos referir algumas das conclusões relativas à articulação da teoria da vinculação com a prática clínica dos grupos psicoterapêuticos.

Em primeiro lugar, em condições adequadas, os pacientes conseguem relacionar-se com o seu grupo terapêutico enquanto figura de vinculação. Neste sentido, foi defendido que os grupos podem atuar como organismos que contribuem para a vivência da segurança que o indivíduo necessita. Esta vivência da segurança gerada pelo grupo pode, inclusivamente, apresentar benefícios ao nível neuronal (Gantt & Agazarian, 2011). Mais interessante ainda é a possibilidade de estes benefícios neuronais ocorrerem, não só quando os participantes dos grupos terapêuticos recebem apoio, mas também quando oferecem apoio. A este propósito, Ezequerro e Cañete (2025b) sublinham que esta vivência dupla de receber e oferecer apoio é uma caraterística comum a diversas modalidades psicoterapêuticas de grupo.

Partindo agora para a especificidade da vinculação individual, é obrigatório observar como o estilo de vinculação de cada participante pode influenciar o funcionamento dos grupos terapêuticos. Tem sido observado que as pessoas cujo estilo de vinculação é do tipo evitante-ansioso ou do tipo desligado têm dificuldades notórias no estabelecimento de relações com os outros membros do seu grupo; por arrastamento, têm mais dificuldade em beneficiar da experiência psicoterapêutica de grupo (Rom & Mikulincer, 2003). Em sentido oposto, regista-se que pacientes cujo estilo de vinculação é do tipo preocupado-ansioso ou ambivalente se integram com mais facilidade na dinâmica do seu grupo terapêutico (Holtz, 2005), além de beneficiarem mais facilmente com a experiência terapêutica grupal (Tasca & Balfour, 2014), quando comparados com pacientes evitantes.

Passando à relação entre intervenção psicoterapêutica de grupo e resultados ao nível da vinculação, é de realçar a conclusão obtida no domínio das perturbações alimentares de tipo compulsivo. Em pacientes afetadas por estas dificuldades, a experiência terapêutica de grupo favorece a construção de uma

vinculação suficientemente segura ao grupo, por sua vez, relacionada com o incremento de vinculações seguras na relação diádica após o término da relação terapêutica (Keating et al., 2014; Maxwell et al., 2014).

Quando se investiga sobre a relação entre estilos de vinculação e psicoterapia de grupo, é importante distinguir dois conceitos diferentes. Um deles é o estilo de vinculação do indivíduo na relação diádica (por exemplo, na relação conjugal), o outro é o estilo de vinculação do indivíduo relativamente ao grupo. Além de serem realidades diferentes, é necessário relembrar que as respetivas representações são avaliadas com instrumentos diferentes (habitualmente, questionários). Além disso, embora a vinculação diádica e a vinculação ao grupo tenham pontos de contato e, por vezes, se sobreponham, podem divergir entre si.

Tendo em conta esta distinção, por exemplo, podemos pensar nas representações dos psicoterapeutas de grupo face aos seus grupos terapêuticos. Marmarosh e colaboradores (2006) observaram que os terapeutas com representações mais ansiosas de vinculação ao grupo percecionavam os seus pacientes como possuindo representações mais negativas acerca da psicoterapia de grupo, quando comparados com terapeutas com representações menos ansiosas de vinculação ao grupo.

Outra possibilidade é a articulação do estilo de vinculação diádica com a vinculação ao grupo. Na proposta de Markin e Marmarosh (2010), os participantes nos processos psicoterapêuticos de grupo podem ser considerados como: seguros-seguros (tanto na relação diádica como na relação com o grupo, a vinculação é de tipo seguro); inseguros-inseguros (em ambas as relações, a vinculação é insegura); seguros-inseguros (vinculação diádica segura e vinculação ao grupo insegura); inseguros-seguros (vinculação diádica insegura e vinculação ao grupo segura). Na opinião de estes autores, esta articulação é importante, uma vez que ajuda a explicar como alguns pacientes conseguem contrariar eficazmente as tendências negativas originadas em estilos de vinculação não seguros.

Para finalizar este artigo, não queria perder a oportunidade de sublinhar a surpresa com que recebi a mensagem dos autores do livro *The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytic Perspective* (Ezequerro & Cañete, 2025a), relativamente à combinação de procedimentos terapêuticos diversos. Tendo começado a minha formação em psicologia nos anos setenta do século passado, guardei sempre uma recordação bastante nítida acerca da sobreposição de psicoterapias; nunca se fazem duas psicoterapias ao mesmo tempo com o mesmo paciente! Esta interdição não diz respeito à possibilidade de uma pessoa poder beneficiar com terapias diferentes em períodos de tempo distintos. O problema de que estamos a falar diz respeito a uma mesma pessoa se encontrar em relacionamentos terapêuticos diferentes, com terapeutas diferentes, durante o mesmo período de tempo.

Pois, daquele ponto de vista, a mensagem de Ezequerro e Cañete (2025b, pp. 46) é altamente inovadora. Os autores aqui citados afirmam que, relativamente aos pacientes mais problemáticos, a associação em simultâneo da psicoterapia de grupo psicanalítica com a terapia individual ou familiar pode ser a resposta às circunstâncias psicoterapêuticas mais difíceis. A este propósito, abordei já vários psicanalistas e grupanalistas portugueses. As respostas que obtive foram positivas. Inclusivamente, alguns dos psicoterapeutas abordados sobre este tema manifestaram conhecer situações clínicas que apoiam a

sobreposição em simultâneo de abordagens psicoterapêuticas diversas. De estes contatos informais, conservei a ideia de que a intervenção terapêutica de grupo e a intervenção terapêutica individual desempenham papeis complementares. Mais concretamente, a experiência de Ferenczi com os pacientes dificilmente analisáveis que vieram a designar-se como *borderline* impõe-se aqui por vários motivos.

Inovador e polémico, Sandor Ferenczi conseguiu abrir um caminho psicoterapêutico para os pacientes *borderline* ao considerar as suas dificuldades em lidar com a frustração experimentada entre sessões terapêuticas. Diz-se que este psicanalista se colocou numa situação de disponibilidade permanente para os seus pacientes poderem organizar-se face às suas vivências mais problemáticas. Diz-se, também, que no fim da sua vida, por motivos de saúde, esta disponibilidade permanente deixou de ser possível, razão pela qual os pacientes que dela beneficiavam acabaram por evidenciar os sinais resultantes de essa privação. Nesta sequência, somos levados a pensar que a proposta de Ezequerro e Cañete (2025b) pode estar a colocar em termos contemporâneos aquilo que foi proposto por Ferenczi antes de falecer nos anos trinta do século XX.

Referências Bibliográficas

Ainsworth M., Blehar M., Waters E. e Wall S. (1978). Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale. New Jersey. https://openlibrary.org/search?q=patterns+of+attachment&mode=everything

Benavente R. C. S. (2005). Maus tratos e negligência na infância: efeitos sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/2dbbf945-9d22-4b9a-a9bc-e1f0fc329942

Bowlby J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. International Journal of Psycho-Analysis, 39, pp. 350-373.https://psychology.psy.sunysb.edu/attachment/online/Bowlby_1958_childs%20tie.pdf

Brisch K. E. (1999). Treating attachment disorders: From theory to therapy. The Guilford Press. New York City.https://books.google.pt/books/about/Treating_Attachment_Disorders.html?id=AXSJBAAAQBAJ&redir_esc=y

Ezequerro A. e Cañete M. (2025a). The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited From a Group-Analytical Perspective. Routledge, Taylor and Francis Group. Milton Park, Oxfordshire. https://www.routledge.com/The-Power-of-Group-Attachment-John-Bowlby-Revisited-from-a-Group-Analytic-Perspective/Ezquerro-Canete/p/book/9781032222943

Ezequerro A. e Cañete M. (2025b). Group attachment created humankind. IN Arturo Ezequerro e Maria Cañete M. (Eds.) The Power of Group Attachment: John Bowlby Revisited from a Group-Analytical Perspective (pp. 15-64). Routledge, Taylor and Francis Group. Milton Park, Oxfordshire.

https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003271956-2/group-attachment-created-humankind-arturo-ezquerro-maría-cañete

Gantt S. P. e Agazarian Y. M. (2011). The group mind, systems centred functional subgrouping, and interpersonal neurobiology. IN E. Hopper e H. Weinberg (Eds) The Social Unconcious in Persons, Groups, and Societies (pp. 99-123). Karnac Books. London. https://psycnet.apa.org/record/2011-23589-005

Grossman K. E., Grossman K. e Waters E. (2005). Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies. Guilford Press. New York City. https://psycnet.apa.org/record/2005-08055-000

Holtz A. (2005). Measuring the therapy group attachment in group psychotherapy: A validation of the social group attachment scale. Dissertation Abstracts International, Section B, The Sciences and Engineering, 65(9-B), 4832. https://psycnet.apa.org/record/2005-99006-326

Keating L., Tasca G. A., Gick M., Ritchie K., Balfour L. e Bissada H. (2014). Change in attachment to the therapy group generalizes to change in individual attachment among women with binge eating disorder. Psychotherapy, 51(1), pp. 78-87. https://research.ebsco.com/c/ci7lbm/viewer/pdf/ljlylwxfav

Main M. e Solomon J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized / disoriented attachment pattern. IN T B Brazelton e M Yogman (Eds.), Affective development in infancy (pp. 95-124). Ablex Publishing Corporation. New York. https://psycnet.apa.org/record/1986-97821-005

Main M. e Solomon J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. IN M. Greenberg, D. Cicchetti e E. Cummings (Eds.), Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention (pp. 121-160). University of Chicago Press, Chicago. https://psycnet.apa.org/record/1990-98514-004

Markin R. D. e Marmarosh C. L. (2010). Application of adult attachment theory to group member transference and the group therapy process. Psychotherapy, Research, Clinical Practice and Training, 47(1), pp. 111-121